

Fazenda faz cortes e anuncia economia de R\$ 225 mi

Cíntia Sasse
de Brasília

O Ministério da Fazenda saiu na frente. É o primeiro da Esplanada a apertar o cinto para valer e ajudar o governo a mostrar um comportamento de austeridade de gastos para os mercados interno e externo. O ministro interino, Pedro Parente, anunciou ontem o início da reestruturação do Ministério, que deve render uma economia de R\$ 225 milhões já no próximo ano. "Achamos que isso pode ser ampliado para os outros ministérios", diz o novo secretário-executivo adjunto da Fazenda, Cincinato Rodrigues. A recomendação poderia sair pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF).

A primeira providência do Ministério da Fazenda foi congelar 400 cargos comissionados e funções gratificadas, transferidos para o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Outra medida foi enxugar o número das delegacias de Administração e as da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria Federal de Controle. No lugar, o Ministério da Fazenda vai manter pequenos escritórios de representação.

As delegacias do Patrimônio da

Primeiras providências foram congelar 400 cargos comissionados e funções gratificadas e reduzir número de delegacias

União, por exemplo, foram reduzidas de 21 para 12, com a transformação de parte delas em pequenos escritórios de representação em nove estados. Essas representações contarão com cerca de sete funcionários. Os escritórios da Secretaria de Administração, cujas delegacias diminuíram de 24 para 12, serão ainda menores. Contarão com apenas três funcionários.

"Queremos uma estrutura mais enxuta nos estados", diz Cincinato Rodrigues.

As economias virão também com os cortes nas despesas de viagens, diminuição das linhas telefônicas e de equipamentos e uso de material reprográfico. Este ano, os valores economizados não devem ser expressivos. Rodrigues informou que está sendo criado o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que ficou conhecido no passado como o conselho para coibir a lavagem de dinheiro, com um total de 12 cargos.

O ajuste anunciado ontem envolve cortes nos gastos e nos investimentos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), no

Banco Central e na Casa da Moeda. O objetivo, segundo Parente, é obter margem para remanejar os recursos para outras áreas. Por essa razão, ele informou que o Ministério fará uma administração centralizada do seu orçamento. O decreto presidencial que limitou em 80% os empenhos até o final de setembro apanhou em cheio o próprio Ministério da Fazenda, que já ultrapassara esse teto em mais de um ponto percentual.

A Receita Federal, por exemplo, está em uma situação de penúria tal que, conforme Rodrigues, não tem dinheiro sequer para diárias e locomoção dos seus fiscais. Para dar essa contribuição, o Ministério da Fazenda já instruiu o Banco Central para manter os seus gastos correntes em R\$ 269 milhões, o que encurta o orçamento da instituição em praticamente R\$ 50 milhões.

O Conselho de Administração da Casa da Moeda definiu a meta de corte de R\$ 30 milhões nos dispêndios globais de 1999. Segundo Rodrigues, a estrutura da Casa da Moeda terá que ser ajustada a uma nova realidade de serviços. "O BC terá apenas R\$ 90 milhões para gastar em emissão de moeda e cédulas, o que é incompatível com a capacidade operacional da Casa da Moeda".

pagamentos estão suspensos até janeiro. O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) já bloqueou essas liberações desde a semana passada.

Mas o corte mais expressivo virá no orçamento do próximo ano da estatal. O valor anunciado ontem foi de R\$ 140 milhões nos dispêndios globais da empresa, com redução de 20% nos gastos de pessoal (R\$ 88 milhões), mais corte de R\$ 30 milhões nas despesas de custeio corrente e outros R\$ 22 milhões nos investimentos. Segundo Rodrigues, estão sendo estudadas alternativas para definir o futuro do Serpro. Uma delas é a transformação da empresa pública em uma agência executiva, com flexibilidade para compras de equipamentos e contratação de pessoal.

Outra possibilidade para o futuro do Serpro, segundo fonte do Mare, é transformá-lo em uma organização social, entidade de direito privado sem fins lucrativos. O que também daria agilidade para a instituição. O governo já transformou a Fundação Roque Pinto (TV Educativa) e o Instituto Luz Sincotron em organizações sociais.

Colaboraram Aldo Renato e Ricardo Allan Medeiros

Ajuste prevê também cortes nos gastos e nos investimentos do Serpro, no Banco Central e na Casa da Moeda

Receita Federal está em situação de penúria tal que não tem dinheiro sequer para locomoção dos seus fiscais